



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2022

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

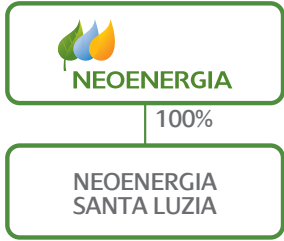
Prezados Acionistas,  
Ao apresentar os resultados de 2022, a Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. A NEOENERGIA SANTA LUZIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

A Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 22 de dezembro de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 02/2017 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: nos estados do Ceará e Paraíba, compostas pela Linha de Transmissão Santa Luzia II – Campina Grande III, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 125 km, com origem na Subestação Santa Luzia II e término na Subestação Campina Grande III; pela Linha de Transmissão Santa Luzia II – Milagres II, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 220 km, com origem na Subestação Santa Luzia II e término na Subestação Milagres II; pela Subestação Santa Luzia II 500 kV.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2022	2021
<b>Receita operacional líquida</b>	3	109.813	338.567
<b>Custos dos serviços</b>		(4.765)	(189.346)
Custos de construção	4	-	(188.086)
Custos de operação	5	(4.765)	(1.260)
<b>Lucro bruto</b>		105.048	149.221
Perdas de crédito esperadas		(84)	(69)
Despesas gerais e administrativas	5	(3.113)	(558)
<b>Lucro operacional</b>		101.851	148.594
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	6	3.730	922
Despesas financeiras	6	(44.756)	(53.785)
Outros resultados financeiros, líquidos	6	(88)	(126)
		(41.114)	(52.989)
<b>Lucro antes dos tributos</b>		60.737	95.605
<b>Tributos sobre o lucro</b>		(20.651)	(32.506)
Diferido	7.1.1	(20.651)	(32.506)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		40.086	63.099
<b>Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:</b>	15.2.a	0,16	0,26

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
<b>Lucro líquido do exercício</b>	40.086	63.099
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	40.086	63.099

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 7 de abril de 2017, a Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), com sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A., que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. Em 22 de dezembro de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 02/2017 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: nos estados do Ceará e Paraíba, compostas pela Linha de Transmissão Santa Luzia II – Campina Grande III, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 125 km, com origem na Subestação Santa Luzia II e término na Subestação Campina Grande III; pela Linha de Transmissão Santa Luzia II – Milagres II, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 220 km, com origem na Subestação Santa Luzia II e término na Subestação Milagres II; pela Subestação Santa Luzia II 500 kV. A Companhia iniciou sua operação comercial de forma integral em novembro de 2021. A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo de 2022/2023 é de R\$ 75.894 (R\$67.925 para o ciclo 2021/2022), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos, a partir da assinatura do contrato de concessão, datado de 08/03/2018.

**1.1. Gestão de risco financeiro e operacional:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades da Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

**1.1.1. Gestão de riscos financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos do Grupo Neoenergia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatuto da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de hedge; • O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto a composição de índices de juros que remunerar carteira de aplicações; • Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de hedge; e • Não é permitida a contratação de derivativos "exóticos nem "alavancados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado – Taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a LIBOR e CDI.	Operações de swap, gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de mercado – Preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de commodities metálicas.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controle internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

3. ATIVOS EM OPERAÇÃO

3.1. Linhas de transmissão em operação

Linhas de Transmissão em operação - Características Físicas					
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
LT 500 KV Santa Luzia II – Campina Grande III	1	500kV	125	28/06/2021	09/03/2048
LT 500 KV Santa Luzia II – Milagres II	1	500kV	220	07/11/2021	09/03/2048

3.2. Subestação em operação

Projeto de Subestação - Características Físicas					
Subestação	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
SE Santa Luzia II	-	500kV	-	28/06/2021	09/03/2048

4. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2022/2023 é de R\$75.894, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

Linhas de Transmissão e Subestação em Operação - Características Financeiras					
Linha de Transmissão	Propriedade (%)	RAP (R\$ mil)	AP Proporcional (R\$ mil)	Mês base reajuste	Índice de Correção
LT 500 KV Santa Luzia II – Campina Grande III	100	-	-	Junho	IPCA
LT 500 KV Santa Luzia II – Milagres II	100	75.894	75.894	Junho	IPCA
SE Santa Luzia II	100	-	-	Julho	IPCA

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	40.086	63.099
<b>Ajustado por:</b>		
Depreciação e amortização	127	16
Tributos sobre o lucro	20.651	32.506
Resultado financeiro, líquido	41.114	52.989
<b>Alterações no capital de giro:</b>		
Contas a receber de clientes e outros	(347)	(8.622)
Estoques	-	8.008
Concessão serviço público (ativo contratual)	(41.673)	(349.685)
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	(15.084)	(60.373)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(281)	(536)
Outros tributos a recuperar (recolher), líquidos	3.050	30.963
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(143)	91
Outros ativos e passivos, líquidos	2.508	1.127
<b>Caixa líquidos provenientes (consumidos) das operações</b>	50.008	(230.417)
Rendimentos de aplicações financeiras	3.679	908
<b>Caixa gerado (consumido) nas atividades operacionais</b>	53.687	(229.509)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.081)	(1.403)
<b>Caixa consumido nas atividades de investimentos</b>	(1.081)	(1.403)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos	18.478	60.500
Aumento de capital	-	27.300
Remuneração paga ao acionista	(14.986)	-
Mútuos recebidos (aplicados)	(6.583)	5.884
<b>Caixa (consumido) gerado nas atividades de financiamentos</b>	(3.091)	93.684
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>	49.515	(137.228)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.713	145.941
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	58.228	8.713

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva especial de dividendos não distribuídos		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	114.059	7.988	136.486	304	-	258.837
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	40.086	40.086
<b>Destinação do lucro líquido (nota 15.2):</b>						
Reserva legal	-	2.005	-	-	(2.005)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(9.520)	(9.520)
Reserva especial de dividendos não distribuídos	-	-	-	28.561	(28.561)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	114.059	9.993	136.486	28.865	-	289.403
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	86.760	4.834	91.526	304	-	183.424
Aumento de capital	27.299	-	-	-	-	27.299
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	63.099	63.099
<b>Destinação do lucro líquido (nota 15.2):</b>						
Reserva legal	-	3.154	-	-	(3.154)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(14.986)	(14.986)
Reserva de lucros a realizar	-	-	44.960	-	(44.960)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	114.059	7.988	136.486	304	-	258.837

**1.1.2. Gestão de risco de mercado: Risco de taxa de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. **Risco de inflação:** A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. **Risco de preço de commodities:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das commodities que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. **Commodities metálicas:** variações nos preços de commodities metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, nos contratos com fornecedores e no pagamento maior de Capex implicando em aumento indesejado da dívida da Companhia. **1.1.3. Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país. Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a coberturas dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos (veja nota 12). **1.1.4. Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de covenants financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (rating), no custo da dívida e na liquidez. **1.1.5. Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou "não performance" de contrapartes. **Risco de crédito de contrapartes comerciais:** Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. **Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2022.

Rating de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	-	-	AA
Itaú	AAA	-	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA

**1.2. Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

5.1. Resultado Econômico Financeiro

	DRE (R\$ mil)		Variação	
	2022	2021	R\$	%
(+) Receita líquida	109.813	338.567	(228.754)	-68%
MARCEM BRUTA	109.813	338.567	(228.754)	-68%
(+) Custos de construção	-	(188.086)	188.086	-100%
(+) Outros custos	(4.692)	(1.260)	(3.432)	272%
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(3.059)	(542)	(2.517)	464%
<b>= Despesa Operacional</b>	<b>(7.751)</b>	<b>(189.888)</b>	<b>182.137</b>	<b>-96%</b>
(-) PECLD	(84)	(69)	(15)	22%
<b>EBITDA</b>	<b>101.978</b>	<b>148.610</b>	<b>(46.632)</b>	<b>-31%</b>
(-) Depreciação	(127)	(16)	(111)	694%
(-) Resultado Financeiro	(41.114)	(52.989)	11.875	-22%
(-) IR/CS	(20.651)	(32.506)	11.855	-36%
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>40.086</b>	<b>63.099</b>	<b>(23.013)</b>	<b>-36%</b>

A margem bruta e as despesas operacionais da Companhia no ano alcançaram R\$ 109.813 mil, -68% vs. 2021 e -R\$ 7.751 mil, -96% vs. 2021, respectivamente, explicadas pela entrada em operação da Companhia em 2022.

Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o ano em R\$ 101.978 mil, redução de 31%, em relação ao ano de 2021.

O resultado financeiro foi negativo em R\$ 41.114 mil em 2022 (-22% vs. 2021). A variação deve-se à despesa com encargos de dívida, impactado pela variação do IPCA, oriundo da contratação de novos financiamentos em 2021.

Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou lucro líquido no ano de 2022 de R\$ 40.086 mil, uma redução de 36% em relação ao ano anterior.

6. ESTRUTURA DE CAPITAL

6.1. Perfil da Dívida

Caixa e equivalentes de caixa, a dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$ 469.435 mil (dívida líquida R\$ 411.207 mil), apresentando um aumento de 13,2% em relação a dezembro de 2021, quando a dívida bruta foi de R\$ 407.478 mil (dívida líquida R\$ 398.765 mil). Em dezembro de 2022, a Companhia contava com 97% da dívida bruta contabilizada no longo prazo.

DISCLAIMER

Este documento foi preparado pela Neoenergia Santa Luzia, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Santa Luzia e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Santa Luzia.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Santa Luzia sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	58.228	8.713
Contas a receber de clientes e outros	9	8.972	8.622
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	898	579
Outros tributos a recuperar		1.277	1.315
Concessão do serviço público (ativo contratual)	10	75.787	69.633
Outros ativos			

**NEOENERGIA SANTA LUZIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**

CNPJ nº 28.443.625/0001-47 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

**b) Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2023**

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como <i>circulante</i> ou <i>não circulante</i> .	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

**3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	2022	2021
Construção de infraestrutura da concessão	-	294.876
Remuneração do ativo contratual	93.504	75.713
Receita de operação e manutenção	6.661	2.031
Contrato de conexão ao sistema de transmissão ("CCT")	21.212	348
Ganho (perda) na RAP <sup>(1)</sup>	717	334
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>122.094</b>	<b>373.302</b>
(-) Deduções da receita bruta	(12.281)	(34.735)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>109.813</b>	<b>338.567</b>

<sup>(1)</sup> A variação refere-se principalmente a variação da atualização da inflação da RAP realizada no modelo de cálculo do ativo contratual

**3.1. Deduções da receita bruta:**

	2022	2021
<b>Tributos gerais</b>		
PIS e COFINS – correntes	(7.439)	(2.101)
PIS e COFINS – diferidos	(3.855)	(32.430)
	(11.294)	(34.531)

**Encargos setoriais**

Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(723)	(204)
Taxa de Fiscalização de Serviço de Energia Elétrica – TFSEE	(264)	-
	(987)	(204)
<b>Total</b>	<b>(12.281)</b>	<b>(34.735)</b>

**3.2. Política contábil:** A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica. A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente, a partir da entrada em operação comercial, como uma obrigação de desempenho que é cumprida pela operação e manutenção das linhas de transmissão. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acrescidos de margem. A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato. A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional. A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022 e 2021, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis: I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 13%a.a. e 18%a.a. nominal e antes dos impostos; II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 8,0%a.a. e 11,5%a.a.

**4. CUSTO DE CONSTRUÇÃO**

	2022	2021
Pessoal e benefícios a empregados	-	(4.993)
Material	-	(58.009)
Serviços de terceiros	-	(122.516)
Outros	-	(2.568)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(188.086)</b>

**5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

	2022	2021
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		
<b>Custos de operação</b>		
Pessoal e benefícios a empregados	(1.889)	(1.060)
Serviços de terceiros	(1.879)	(863)
Depreciação e amortização	(73)	(54)
Provisão para processos judiciais	-	(54)
Impostos, taxas e contribuições	(21)	(157)
Despesas de viagem	(155)	(255)
Seguros	(440)	-
Aluguéis de equipamentos e imóveis	(20)	(300)
Outras receitas e despesas, líquidas	(288)	(370)
<b>Total</b>	<b>(4.765)</b>	<b>(7.878)</b>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		
<b>Custos de operação</b>		
Pessoal e benefícios a empregados	(965)	(1.349)
Serviços de terceiros	(195)	(257)
Depreciação e amortização	-	(16)
Impostos, taxas e contribuições	(3)	(4)
Outras receitas e despesas, líquidas	(97)	1.068
<b>Total</b>	<b>(1.260)</b>	<b>(558)</b>

**6. RESULTADO FINANCEIRO**

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras	3.679	908
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(184)	(46)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	3	-
Atualização de depósitos judiciais	218	51
Outras receitas financeiras	14	9
<b>Despesas financeiras</b>	<b>3.730</b>	<b>922</b>
Encargos sobre instrumentos de dívida <sup>(1)</sup>	(43.479)	(53.381)
Encargo sobre mútuo	(365)	(180)
Outras despesas financeiras	(912)	(224)
	(44.756)	(53.785)
<b>Outros resultados financeiros, líquidos</b>		
Perdas com variações cambiais e monetárias	(88)	(126)
	(88)	(126)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(41.114)</b>	<b>(52.989)</b>

<sup>(1)</sup> Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA) e apropriação dos custos de captação

**7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS**

**7.1. Tributos sobre o lucro:** Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	2022	2021
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>60.737</b>	<b>95.605</b>
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação – 34%	(20.651)	(32.506)
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<b>(20.651)</b>	<b>(32.506)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>
Diferido	(20.651)	(32.506)

**7.1.2. Tributos diferidos**

	IR/CSLL	2022	2021
<b>Ativo</b>			
Provisão participação nos lucros e resultados	50	103	
Prejuízo fiscal e base negativa	22.757	17.325	
Outros	470	553	
<b>Total diferenças temporárias - ativo</b>	<b>23.277</b>	<b>17.981</b>	
<b>Passivo</b>			
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	(126.231)	(100.284)	
<b>Total diferenças temporárias - passivo</b>	<b>(126.231)</b>	<b>(100.284)</b>	
<b>Tributos sobre o lucro diferidos, passivos líquidos</b>	<b>(102.954)</b>	<b>(82.303)</b>	

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2022	2021
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>82.303</b>	<b>49.797</b>
Efeitos reconhecidos no resultado	12.942	32.506
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>95.245</b>	<b>82.303</b>

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2022, a expectativa de realização dos tributos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	2022	2021
Ativo fiscal diferido, líquidos	996	1.027

**7.1.3. Tributos correntes ativos**

	2022	2021
Imposto de renda – IR	844	560
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	70	19
	914	579
Ativo circulante	898	579
Ativo não circulante	16	-

**7.1.4. Política contábil e julgamentos críticos:** a) **Política contábil:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor

contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

**7.2. Outros tributos e encargos setoriais a recolher**

	2022	2021
<b>Outros tributos</b>		
Programa de integração social – PIS <sup>(1)</sup>	15.140	14.443
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS <sup>(1)</sup>	69.745	66.524
Outros	1.116	1.611
	86.001	82.578

**Encargos setoriais a recolher**

Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	277	57
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	8	25
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	53	143
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	44	-
Ministério de Minas e Energia – MME	24	73
	406	298
<b>Total outros tributos e encargos setoriais a recolher</b>	<b>86.407</b>	<b>82.876</b>

**Passivo circulante**

1.041	2.491
85.366	80.385

<sup>(1)</sup> Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

**8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

O caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	1.177	100
Fundos de investimento	57.051	8.613
	58.228	8.713

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2022 é de 100,3% do CDI (99,3% em 31 de dezembro de 2021). A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

	2022	2021
<b>Carteira</b>		
<b>Fundos exclusivos</b>		
Operações comprometidas	57.051	8.613
	57.051	8.613

**9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS**

	2022		2021	
	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidos	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidos
Concessionárias	9.125 (153)	8.972 8.691	(69)	8.622
	9.125 (153)	8.972 8.691	(69)	8.622
Ativo circulante	-	8.972	-	8.622

O aging do contas a receber de disponibilização do sistema de transmissão está apresentado como segue:

	2022		2021	
	Perdas de crédito esperadas	Receivável esperadas	Perdas de crédito esperadas	Receivável esperadas
A vencer	8.973	(69)	8.672	(64)
Saldos vencidos:				
90 dias	31	(6)	14	(3)
entre 91 e 180 dias	35	(14)	5	(2)
entre 181 e 365 dias	83	(61)	-	-
acima de 365	3	(3)	-	-
	9.125 (153)	8.691	(69)	

**9.1. Variação das perdas de crédito esperadas – PCE**

	2022	2021
<b>Saldo inicial do exercício</b>		
Adições	(69)	-
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>(69)</b>	<b>(69)</b>

**9.2. Política contábil e julgamentos críticos:** a) **Política contábil:** O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 17.5) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas de crédito esperadas. A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras das operações da Companhia. A Companhia não possui histórico de perdas materiais e, portanto, utiliza uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. Considerando que existem mecanismos estabelecidos pelo ONS para mitigar risco de crédito, as perdas de créditos constituídas não são relevantes.

**10. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)**

A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado a satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam os seguintes saldos no balanço patrimonial:

	2022	2021
<b>Saldo do ativo contratual</b>	<b>910.082</b>	<b>868.409</b>
Circulante	75.787	69.633
Não circulante	834.295	798.776

A movimentação do ativo contratual é como segue:

	2022	2021
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>868.409</b>	<b>517.815</b>
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício	(70.895)	(19.995)
Remuneração do ativo contratual	93.504	75.713
Construção de infraestrutura da concessão	-	294.876
Adições e remensuração do ativo contratual	19.064	-
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>910.082</b>	<b>868.409</b>

**10.1. Política contábil:** O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que, de acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a contas a receber de clientes. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através do fluxo de caixa de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

**11. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR DE EMPREITEIROS**

	2022	2021
<b>Materiais e serviços</b>	<b>18.950</b>	<b>33.946</b>
<b>Total</b>	<b>18.950</b>	<b>33.946</b>

**12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

**12.1. Dívida líquida:** A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor ao seu acionista, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2022	2021
Agências de fomento	469.435	407.478
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>469.435</b>	<b>407.478</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)		

NEOENERGIA SANTA LUZIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 28.443.625/0001-47 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

Neoenergia e suas subsidiárias	
2022	2021
Passivo	
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	253 216
Contas a pagar de mútuo (d)	- 6.288
Dividendos a pagar (e)	9.520 14.986
Compartilhamento de pessoal (c)	191 6.412
<b>9.964</b>	<b>21.614</b>

16.2. Transações com partes relacionadas

Neoenergia e suas subsidiárias	
2022	2021
Resultado do exercício	
Receita operacional líquida (a)	10.501 2.993
Custos dos serviços (b)	(1.698) -
Despesas gerais e administrativas (c)	(975) (1.052)
Resultado financeiro, líquido	(365) (180)
<b>7.463</b>	<b>1.761</b>

16.3. Principais transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas referem-se a: (a) Contrato de conexão ao sistema de transmissão (TUST), com vigência até 2048, corrigidos, anualmente, pela correção do IPCA; (b) Contrato de serviço de operação e manutenção com a Elektro O&M; (c) Contrato de compartilhamento de recursos humanos entre as empresas do grupo Neoenergia; (d) Contrato de mútuo financeiro firmado com a Neoenergia S.A., liquidado em janeiro de 2022; (e) Dividendos a serem pagos pela Companhia.

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Venci-mento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
Norte							
(a)	Energia	TUST	IPCA	25 anos	2048	362	3.276
(a)	Coelba	TUST	IPCA	25 anos	2048	190	2.149
(a)	Elektro	TUST	IPCA	25 anos	2048	137	1.552
(a)	Celpe	TUST	IPCA	25 anos	2048	135	1.152
Serviços de O&M							
(b)	Elektro O&M	O&M	IPCA	5 Anos	2026	(253)	(1.698)

16.4. Remuneração da administração (Pessoal-chave): Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

17. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

17.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2022		2021	
	CA	VJR	CA	VJR
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	1.177	57.051	100	8.613
Contas a receber de clientes e outros	9.125	-	8.691	-
Outros ativos financeiros	51	-	5.102	-
<b>10.353</b>	<b>57.051</b>	<b>13.893</b>	<b>8.613</b>	
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	18.950	-	33.946	-
Empréstimos e financiamentos	469.435	-	407.478	-
Outros passivos financeiros	768	-	8.234	-
<b>489.153</b>	<b>-</b>	<b>449.658</b>	<b>-</b>	

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

17.2. Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 17.7 (análise de sensibilidade). 17.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR”): O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	Nível 2	
	2022	2021
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	57.051	8.613
<b>57.051</b>	<b>8.613</b>	

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. 17.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”): Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2022		2021	
	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)
Empréstimos e financiamentos	469.435	469.435	407.478	407.478

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). 17.5. Política contábil: A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros. Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivo financeiro. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. 17.6. Métodos e técnicas de avaliação: O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado. 17.7. Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de

mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2022. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição	Impacto	Impacto	
				(Saldo/ Provisão)	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
<b>Ativos financeiros</b>							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,65%	57.051	7.810	(1.172)	(2.343)
<b>Passivo financeiro</b>							
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	5,90%	(471.060)	(40.114)	(3.098)	(6.195)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Fabiano Uchoas Ribeiro  
Diretor

Luciana Maximino Maia  
Diretora

CONTADOR

Tiago Donatti Furigo  
CRC-SP-338760/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Valores correspondentes ao exercício anterior: O exame das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem ressalvas, com data de 17 de fevereiro de 2022. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para

evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 1º de fevereiro de 2023

**Deloitte.**

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Jônatas José Medeiros de Barcelos  
Contador  
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

